

Público

11-05-2015

Periodicidade: Diário
 Classe: Informação Geral
 Âmbito: Nacional
 Tiragem: 51453

Temática: Internacional
 Dimensão: 696
 Imagem: S/Cor
 Página (s): 9



A declaração da cimeira aponta para a ajuda humanitária e uma política comum sobre a migração legal

Parlamentos da União para o Mediterrâneo querem mais canais e vistos humanitários

Diplomacia
 Maria João Lopes

“A Europa tem de receber mais refugiados”, lê-se nas recomendações dos líderes que estão reunidos hoje e amanhã em Lisboa

A criação de mais canais humanitários, nos países de chegada, para ajudar imigrantes em situação de emergência e a emissão de mais vistos humanitários para quem necessita de protecção internacional são algumas recomendações que deverão ser adoptadas pelos presidentes dos parlamentos da União para o Mediterrâneo, numa declaração conjunta que sairá da cimeira de hoje e amanhã em Lisboa.

No projecto do documento, apresentado pela presidente da AR, Assunção Esteves, recomenda-se também “uma operação eficaz de salvamento e busca da União Europeia e no Mediterrâneo, a protecção dos direitos fundamentais como prioridade da Frontex [a agência da União Europeia para a vigilância das fronteiras externas] e a prestação de apoio especial aos países que enfrentam o maior número de chegadas”.

A declaração sobre imigração, asi-

lo e ajuda humanitária, que deverá ser subscrita pelos presidentes dos parlamentos da União para o Mediterrâneo, defende ainda “a abertura de mais canais legais de acesso de imigrantes à União Europeia” e medidas para “garantir os direitos sociais dos trabalhadores migrantes e o envio de remessas para os países de origem”. No documento – muito diferente das propostas europeias ontem conhecidas (ver página 24) –, defende-se “uma política comum europeia para a migração legal, com novas vias legais de acesso à UE” e “maior flexibilidade dos procedimentos relativos a vistos de trabalho”.

Propõe-se ainda a criação de “centros de informação nos países de origem, de trânsito e de destino para prestar esclarecimentos e proporcionar orientação aos migrantes a respeito dos seus direitos e obrigações”.

A proposta – que defende que “a Europa tem de receber mais refugiados” – defende também a criação de “uma base de dados partilhada e normalizada para melhor organizar a reinstalação e a gestão conjunta de pedidos de asilo entre a UE, países de trânsito, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e outras organizações internacionais relevantes”.

Trata-se de uma “resposta política dos presidentes dos parlamen-

tos de 44 países à tragédia a que se tem assistido no Mediterrâneo e à insuficiência da resposta europeia”, com “recomendações de medidas concretas às instituições da União Europeia e aos chefes de Estado e de Governo” da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo, lê-se num comunicado enviado pelo gabinete da presidente da AR, que preside, desde 9 de Fevereiro, a esta assembleia.

A cimeira de segunda-feira tem como tema Imigração, Asilo e Direitos Humanos na Região Euro-Mediterrânica. Contará com intervenções do presidente do Senado italiano, Pietro Grasso, da presidente da Câmara dos Deputados de Itália, Laura Boldrini, e da fundadora e presidente da Organização Não Governamental Gandhi, Alganesh Fessaha, que trabalha também junto de refugiados da Eritreia e Sudão. O encerramento está a cargo do primeiro-ministro, Passos Coelho.

No segundo dia, a reunião da Assembleia Parlamentar contará, entre outros, com a participação do presidente da Assembleia dos Representantes do Povo da Tunísia, Mohamed Ennaceur, do director da Amnistia Internacional para a Região da Europa e Ásia Central, John Dalhuisen, e do director executivo adjunto da Frontex, Gil Arias-Fernandez.